

A QUESTÃO DO SUJEITO NA SEMIOSE: PEIRCE E LACAN

RESUMO

Propõe-se a idéia de que, em termos absolutamente teóricos (em contraposição a um ponto de vista de aplicabilidade empírico) os conceitos que embasam a teoria lacaniana pecam por admitir uma binaridade que não corresponde a uma visão adequada do fenômeno da significação. Isso, por sua vez, privilegia excessivamente o papel do sujeito na semiose.

ABSTRACT

In this article the idea is proposed that, in absolutely theoretical terms (in contradistinction with the point of view of empirical applicability) the foundational conceptions of Lacanian thought mistakenly adopt a binarity which does not tie in with an adequate view of signifying phenomena. This gives the subject an excessively privileged role in semiosis.

* Professor de Literatura Norte-Americana da FALE/UFMG.

Nenhuma significação se sustenta a não ser por referência a outra significação.¹

Assim falou Jacques Lacan no seu muito barroco "A instância da letra no inconsciente" (1957) ao discutir o algoritmo proposto por Saussure para o signo, i.e., a relação entre o significante e o significado. Lacan prossegue dizendo que a tentativa de apreensão da constituição do objeto acaba esbarrando na descoberta de tal constituição "apenas a nível de conceito".²

É de se esperar que um pensador sofisticado como Lacan não pense que a palavra se refere à coisa e nisso ele concorda com Peirce, pois uma das concepções mais fundamentais da semiótica peirceana é justamente a de que o objeto e o interpretante de qualquer signo numa cadeia semiótica qualquer é sempre um outro signo.³ De fato as várias caracterizações da relação de representação nos escritos de Charles S. Peirce sempre apontam para o fato de que um signo é, por definição, sempre interpretável em outro signo.

Nem é apenas nesse ponto que Lacan faz eco a Peirce. A organização triádica do real, do imaginário e do simbólico parece-se notavelmente com a distinção que Peirce faz entre as três categorias da experiência - que ele chama de *firstness*, *secondness* e *thirdness* - não só nos seus aspectos formais mas também em termos da concepção propriamente dita.⁴ Comum aos dois pensadores é também a concepção dinâmica da semiose: a noção da cadeia de significantes apresenta-se em Lacan com a mesma dinamicidade que caracteriza a semiose de Peirce. Semiose e cadeia de significantes são conceitos idênticos.

É, entretanto, nesse ponto mesmo que uma divergência importante parece despontar. Uma das afirmações mais surpreendentes em "A instância da letra" refere-se à noção de que o significante é uma forma vazia, um sinal destituído de significado. O discurso lacaniano conduz à suposta inferência de que o significado é uma entidade escorregadia, no sentido de que a atividade do significante é a de "empurrar a significação com a barriga". O ato de interpretar define-se assim como a caça de uma interpretação - um significado - que insiste em não estar onde o intérprete deseja que ela esteja.⁵ O que está disponível para o intérprete seria então uma cadeia infinita de significantes, o que vale dizer que a única maneira possível de se conseguir algum tipo de *signatum* seria através do ato por parte do intérprete de dotar esse deslizante significante de um significado. O significado seria, então, essencialmente o resultado de um *factus* - um ato criador - do sujeito.

Dizendo isso de outra maneira, o que parece ter acontecido com Lacan resulta do fato de que, para ele assim como para os estruturalistas de escola, o ponto de partida é uma visão linguística e ainda por cima diádica desse fenômeno a que chamamos signo. Dado o barroquismo da escrita de Lacan, um leitor ao mesmo tempo não-ingênuo e apressado poderia concluir sobre a logicidade de seu texto que, tivesse Lacan tido como base uma visão filosoficamente mais geral e mais bem fundamentada do fenômeno da representação, ele não teria feito o seguinte raciocínio:

- um signo pode apontar para vários significados diferentes.

- não há nenhuma razão explícita que force um signo a uma relação unívoca com um significado e isso é verificável empiricamente.

- Portanto, o signo só pode ser vazio e o significado é fornecido pelo sujeito.

É inegável que Lacan pensa o signo a partir de um enquadramento binário que, por causa do próprio binarismo, remete sempre a uma presença definida, fazendo do signo uma entidade estática e revestindo-o do caráter de Ser Signo. Deixando de lado essa ontologia do signo - que é no mínimo estranha, já que qualquer coisa pode ser signo de qualquer coisa e todo signo é tam

bém outra coisa que não signo (isso de representar é questão de função e não de ser) - continua existindo nessa teoria alguma coisa que incomoda. Se pensarmos um pouco mais veremos que o que incomoda é o fato de que a cadeia de significantes - e aqui vale lembrar que para Lacan essa cadeia não é nunca linear e sintagmática mas organiza-se também em torno de um eixo paradigmático - é de caráter dinâmico. Sendo dinâmica ela não pode pressupor apenas um dois, um binarismo, mas necessita de um três: para ser cadeia - quer dizer, uma sintaxe - ela tem que obedecer a um princípio organizacional e todo princípio organizacional é de caráter mediatário e por isso terceiro.

Quero dizer com esse arrazoado todo que a visão declaradamente binária que Lacan tem do signo torna a sua teoria, ou melhor, a maneira em que ela é formulada, incapaz de realmente explicar o fato óbvio que o signo existe para significar. Esse fato certamente Lacan admite, pois o texto de "A instância da letra" procura mostrar, através das noções de metáfora e metonímia, que a instância do significado se dá no intervalo de dois significantes, quer dizer, ela é atingida pelo sujeito no intervalo de dois significantes. Ou ainda, e não tão diferentemente, o significado ocorre em determinados pontos nodais, certos locais da rede de cadeias significantes. Vê-se, portanto, que o significado constitui um terceiro ponto. Diante disso, a incongruência parece ser que, abertamente, a estrutura da representação é dita diádica, mas nas entrelinhas ela se apresenta como triádica.

Apesar da incoerência do raciocínio, da atribuição ao signo dessa ontologia que ele não tem, e a despeito do lugar excessivamente privilegiado que o sujeito parece ser obrigado a ocupar no processamento da semiose, e dado além do mais que a teoria é afinal de contas psicanalítica, é concebível que, num contexto estritamente psicanalítico, tal visão seja adequada e até mesmo empiricamente aplicável se se tem em mente que o significado com o qual se "dota" o significante é aquele ditado por uma hermenêutica que antecede o signo e por isso o delimita. Mas não se trata aqui de um debate sobre a eficácia da teoria dentro do consultório. O que está em questão são dois pontos de natureza metateórica: (1) o uso de uma teoria binária para explicar um fenômeno nitidamente triádico, e (2) o papel do sujeito na relação de representação.

A idéia que desejo apresentar aqui é a de que, do ponto de vista de uma teoria geral do signo - diante da qual o verbal NÃO é paradigmático - a postura diádica não se sustenta. Em outras palavras, uma teoria geral do signo deve pensar seu objeto de um ponto de vista que abranja mais que a lingüística - já que o signo verbal é apenas mais uma classe entre muitas classes de signos e, porque o verbo é lei (o que o próprio Lacan reconhece), o verbo é necessariamente um terceiro - se ela pretende ser explanatoriamente adequada. Mais do que isso, toda semiótica específica tem que dar conta do seu objeto em termos de uma teoria geral que a inclua.

Isso é conseguido pela teoria de Peirce exatamente por ela ser de caráter geral e por ver a representação como uma relação triádica que inclui o conceito fundamental de interpretante. O interpretante é o termo responsável pela significação, no sentido de que ele tem em si tanto o signo quanto o objeto.⁶ A significação trazida pelo interpretante nunca é total, no sentido de que a verdade semiótica só seria atingida numa instância em que o signo, o objeto, e o interpretante fossem a mesma entidade. Ao contrário, todo signo é sempre indeterminado até certo ponto, ou seja, nenhum signo é capaz de representar integralmente seu objeto, quer dizer, sua referência.

A indeterminação do signo é uma consequência direta do modo como ele é mais freqüentemente caracterizado nos escritos de Peirce. Uma paráfrase de uma das caracterizações mais conhecidas seria a de que o signo representa um objeto EM ALGUM ASPECTO e CRIA na mente do observador um signo equivalente ou talvez mais desenvolvido (um interpretante) que se refere ao objeto DO MESMO MODO que o signo, o interpretante tornando-se um signo e assim por diante.

Algumas inferências importantes podem ser tiradas dessa caracterização da relação de representação. Em primeiro lugar, o fato de que um signo e um interpretante representam um objeto em algum aspecto significa que alguns aspectos de um objeto não estão presentes em signos dele. Isso quer dizer que os signos são fiéis a seus objetos apenas parcialmente e todo signo terá, por assim dizer, uma área opaca. Além do mais, signos podem ser interpretados de várias formas, isto é, eles oferecem um certo número de possibilidades de interpretação. Dá-se o nome de interpretante imediato ao conjunto de possibilidades interpretati

vas de um signo em um momento definido da cadeia semiótica. De dentro desse conjunto possível o intérprete retira um interpretante para aquele signo. A escolha desse interpretante se faz em termos de implicações contextuais, da história do indivíduo que o escolheu, etc., e ao interpretante assim escolhido se dá o nome de interpretante dinâmico.

Um interpretante dinâmico é, portanto, escolhido dentre os interpretantes possíveis que o signo JÁ TEM. Isso leva a duas considerações: (1) não é possível falar-se em uma relação unívoca entre um signo e seu objeto, isto é, entre um significante e um significado, como Lacan já tinha percebido; (2) o intérprete não dá um significado ao signo, mas descobre ou privilegia um significado. O papel do sujeito é ainda um papel ativo como processador da semiose mas não se reveste de uma liberdade "divina".⁷ Há um limite para o potencial significador de um signo, já que todo signo é um produto cultural e é propriedade pública. Os chamados símbolos particulares sempre aproveitam esse potencial público para um uso singularizado. Com isso, não se tira do sujeito a sua liberdade lingüística mas garante-se a realidade do fato lingüístico enquanto lei, que é o que na verdade se encontra no pensamento lacaniano.

A hipótese apresentada quanto à intrínseca terceiridade da teoria de Lacan parece tealmente confirmar-se tanto em termos do sujeito quanto em termos da própria estrutura da relação de representação. Ele parece, assim, distanciar-se do binarismo estático que ele mesmo defende com tanto afincio e que acaba por mascarar a dinamicidade de sua teorização. Dessa forma, o que ele coloca como o vazio da significação não é nada mais nada menos do que a opacidade que todo signo apresenta e que faz com que o sujeito da semiose, ao escolher um interpretante, pareça estar criando um significado. Em outras palavras, podemos dizer que, do ponto de vista semiótico, Lacan está certo. São que está certo pelas razões erradas, o que não invalida a sua teoria enquanto passível de uma praxis, mas torna-a facilmente falsificável enquanto teoria.

NOTAS

1. Lacan 1957: 150. A tradução é minha. Para os efeitos deste artigo discuto apenas aqueles aspectos da teoria lacaniana expostos nesse seu trabalho.
2. Lacan 1957: 150.
3. O signo que interpreta outro signo é chamado interpretante. O interpretante contém o signo que o gerou e se refere ao objeto da mesma maneira que o faz o signo. Cf. uma das mais conhecidas caracterizações que Peirce (1867) faz do signo: "um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto (CP 2.228). Há dois pontos interessantes nessa definição. O primeiro é o aspecto dinâmico da semiose, o processo de geração de signos. Já que o interpretante é também um signo, ele é, por definição, capaz de gerar um interpretante de si mesmo e tem como objeto o signo que o criou. O processo é infinito. O segundo ponto tem a ver com o sujeito. Peirce não exclui o intérprete mas frisa - através do verbo criar - que o agente criador de significado é o próprio signo e não o intérprete.
4. A primeiridade (firstness) é simplesmente aquilo que é, de maneira não-reflexiva e independente da relação com qualquer outra coisa. A secundidade (secondness) refere-se a um *esse in praeterito*, ao fato, ao existir, ao binarismo puro, isto é, ao que Peirce chama de "força bruta". A terceiridade (thirdness) é o caráter mediador, o princípio organizador - uma lei, portanto - que, ao participar de uma ação binária torna-a triádica na medida em que acrescenta a ela um caráter de regularidade e de previsibilidade. A terceiridade é, por isso, um *esse in futuro* e é da natureza de um símbolo.
5. Percebe-se essa idéia claramente, por exemplo, neste trecho de "A instância da letra" que fala do desejo: "eternamente se estendendo na direção do desejo de outra coisa" (1957:167). A tradução é minha.

6. Quando se fala em objeto em termos semióticos não se quer dizer "coisa". O uso aqui é lógico e quer dizer "referência".
7. Com isso não quero dizer que não seja possível criar-se um novo significado para um signo verbal. Entretanto, a criação de um novo significado se faz mediante uma estipulação que torna o código disponível a outros intérpretes potenciais.

^ REFERÊNCIAS

- LACAN, Jacques (1957). The agency of the letter in the unconscious or reason since Freud. In: *ÉCRITS: A SELECTION*. Trad. Alan Sheridan. (New York, Norton, 1977), 146-178.
- PEIRCE, Charles S. (1867-1871). *WRITINGS: A CHRONOLOGICAL EDITION*, ed. Max Fisch et al. Bloomington, Indiana Univ. Press, 1984.